

CDH aprova atendimento especializado no SUS para vítimas de violência sexual

Projeto que garante atendimento especializado, no Sistema Único de Saúde (SUS), para mulheres e demais vítimas de violência doméstica e sexual foi aprovado nesta quarta-feira (9) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e segue para votação em Plenário.

[\(Agência Senado, 09/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

A CDH acolheu mudança feita pela Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 295/2013), que já havia sido aprovado pelo Senado em 2013. O texto original inclui na Lei 8.080/1990 a previsão de atendimento especial a mulheres que sofreram violência doméstica, mas a emenda aprovada pelos deputados estende a proteção às vítimas de violência sexual, modificando a Lei 12.845/2013, que trata do atendimento a pessoas nessa situação.

Entre os atendimentos que devem ser assegurados, conforme a proposta, estão tratamento médico, atendimento psicológico e, quando for necessário, cirurgias plásticas reparadoras. A necessidade de garantir esse tipo de atendimento especializado dentro do SUS foi constatada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, que apresentou o projeto ao final dos seus trabalhos, em 2013,

Além de ampliar a abrangência da proposta, a Câmara também aprovou mudança de redação, substituindo a expressão “organização de serviços públicos” por “organização de atendimento público”. As senadoras Marta Suplicy (PMDB-SP), relatora na CDH, e Regina Sousa (PT-PI), relatora *ad hoc*, consideram que a proposta ajudará a melhorar os serviços prestados pelo Estado às vítimas e recomendam a aprovação definitiva do projeto.

Servidores da Casa da Mulher Brasileira de Brasília iniciam capacitação

(SPM, 25/05/2015) Na abertura do curso, a secretária adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), Aline Yamamoto, apresentou os números do Ligue 180 e traçou um panorama das estratégias de combate a esse tipo de crime. A Casa será inaugurada na quinta-feira (28/05) e reunirá em um só local todos os serviços de atendimento à mulher em situação de violência.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Servidores da Casa da Mulher Brasileira de Brasília iniciam capacitação \(SPM, 25/05/2015\)](#)

Policiais serão capacitados para atender à população LGBT

(O Fluminense, 31/03/2015) A partir do próximo mês, aulas serão incluídas nos cursos de formação de militares e civis, através de parceria entre a Secretaria de Segurança e o programa Rio Sem Homofobia

Policiais civis e militares serão capacitados para atender à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Realizada em parceria entre a Secretaria de Segurança e o programa estadual Rio Sem Homofobia, coordenado pela Superintendência de Direitos

Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social, a ação vai oferecer vídeo-aulas sobre atendimento, abordagem e atuação. Baseadas em casos reais, os vídeos serão seguidos de debates que incluirão temas relacionados a direitos humanos, democracia, cultura e cidadania.

A qualificação para atendimento ao público LGBT existe desde 2009, com palestras e cursos que já capacitaram 12 mil policiais. A partir de abril, as vídeo-aulas serão incorporadas ao curso de formação dos PMs. No segundo semestre será a vez dos policiais civis que ingressarem na corporação.

“Essa capacitação reforça a função dos policiais de proteção dos cidadãos, independente de opções pessoais. Somos servidores públicos com uma série de atribuições, entre elas a garantia de direitos e o atendimento igualitário”, disse o subsecretário de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Segurança, Pehkx Jones da Silveira.

Responsável pela elaboração das vídeo-aulas, o coordenador do Rio Sem Homofobia, Cláudio Nascimento, explicou que os materiais produzidos para cada corporação serão diferentes, por causa da especificidade dos serviços prestados.

“Queremos qualificar o maior número possível de policiais para que possam atender cada vez melhor ao público LGBT. A redução dos casos de abuso de autoridade mostra que a formação tem contribuído para a ampliação do conceito de policial cidadão”, afirmou Nascimento. Em 2007, o Rio Sem Homofobia recebeu entre 100 e 150 denúncias sobre abuso de autoridade e preconceito contra LGBT. Em 2014, foram menos de dez casos.

Acesse no site de origem: [Policiais serão capacitados para atender à população LGBT \(O Fluminense, 31/03/2015\)](#)

ONU: educação e capacitação podem fortalecer mulheres

(Agência Brasil, 08/03/2015) A promoção da educação e da capacitação de mulheres é um dos pontos para atingir a igualdade de gênero. A Plataforma de Ação de Pequim, criada em 1995, estabelece ações para auxiliar os países nessa temática. A representante da ONU Mulheres no Brasil, entidade para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, da Organização das Nações Unidas, Nadine Gasman, lista alguns itens no documento. “As mulheres têm que ter acesso a uma educação não sexista, de qualidade, os currículos têm que ser reformados, tem que haver investimento para que professores e professoras saibam como educar de maneira não sexista”.

A pesquisadora e doutoranda em política social na Universidade de Brasília (UnB), Marjorie Chaves, explica que as mulheres têm avançado na questão de tempo de estudo e conclusão do nível superior, mas ainda ocupam áreas específicas, como as de humanidades, saúde, educação e serviço social, por exemplo. “Ainda prevalecem alguns princípios sociais e culturais pelos quais as mulheres são associadas a profissões e ocupações que requerem atributos femininos como delicadeza e paciência”.

Segundo ela, muitas desses setores têm menor remuneração e é preciso fazer uma mudança desde a educação básica, além de políticas públicas, para que as mulheres possam ampliar suas escolhas e a participação em outras áreas.

A representante da ONU Mulheres diz que o Brasil tem apresentado grandes avanços educacionais nos últimos 20 anos, ao desenvolver programas e políticas e garantir o acesso de mulheres. Para Marjorie, um dos desafios que o país ainda tem que enfrentar é o incentivo ao aumento de mulheres em áreas da ciência, engenharia e ciências básicas.

A astrofísica Thaisa Bergmann venceu dificuldades e ganhou espaço na profissão, uma área em que existem poucas mulheres. Com estudos sobre buracos negros, a pesquisadora foi uma das vencedoras da 17ª edição prêmio internacional Para Mulheres na Ciência, promovido pela Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pela Fundação L'Oréal.

“O prêmio é um reconhecimento nesse aspecto feminino de dificuldades, mas também frente aos pares, para a família e os amigos”. Ela acredita que, ao ter valorizado o trabalho de cientistas mulheres, as jovens podem ser incentivadas.

A coordenadora de Educação da Unesco, Rebeca Otero, ressalta a diversificação. “Algumas profissões, como engenharia, por exemplo, são ainda muito masculinas. Tem toda uma questão cultural que, aos poucos, temos que ir desmistificando para que a mulher possa ter acesso a essas carreiras e possa fazer algo que goste, tendo remuneração equiparada com uma pessoa do sexo masculino”.

A diferença salarial é outro desafio apontado pela ONU Mulheres. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012, no mercado formal, o rendimento dos homens era R\$ 2.146,00. Já o das mulheres, R\$ 1.614, mesmo com aumento da escolaridade.

Márcio Guerra, gerente de Estudos e Prospectiva da Confederação Nacional da Indústria, explica que as mulheres vêm se preparando para a inserção profissional e muitas delas estão ocupando profissões consideradas tipicamente masculinas. Segundo análise feita pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com base em dados do Censo da Educação Básica de 2013, as mulheres são maioria em cursos técnicos e houve aumento na procura por cursos na área industrial. Outra análise mostra que, em dez anos, o número de mulheres matriculadas nas escolas do Senai aumentou quatro vezes.

Raiane da Silva tem 25 anos e fez o curso técnico de segurança no trabalho. Entre as 20 pessoas formadas, apenas cinco eram homens. Hoje, ela trabalha em uma obra e diz que é tratada com igualdade pelos colegas, mas revela que teve dificuldade de encontrar emprego na construção civil. “Eu sofri muito preconceito quando comecei a procurar. Eles [os empregadores] temem que as mulheres não sejam respeitadas na obra como um homem é”.

Para Márcio Guerra, a esperança é que, com o tempo, a diferença salarial diminua. “A expectativa é que a médio e longo prazo o mercado vá se harmonizando mais e esses diferenciais diminuam. Isso vai depender da qualidade da qualificação, da produtividade e das transformações que a sociedade precisa passar”.

A educação e a capacitação podem auxiliar até mesmo no combate à violência contra as mulheres. Rebeca diz que ainda existe um contingente de mulheres com baixa escolaridade e é preciso investir no empreendedorismo e na geração de renda para que elas tenham liberdade financeira. “Porque apesar dos avanços que a sociedade brasileira teve de termos mulheres na escola, formadas, doutoras, ainda há casos de dependência e casos de violência. E, muitas vezes, a mulher tolera a violência porque ela não tem como se sustentar se ela se separar daquela relação”.

Michèle Canes

Acesse no site de origem: [ONU: educação e capacitação podem fortalecer mulheres \(Agência Brasil, 08/03/2015\)](#)